

**ENTRE A INSCRIÇÃO E A
CONCLUSÃO: FATORES
INSTITUCIONAIS
ASSOCIADOS À RETENÇÃO
NA DISCIPLINA ESTÁGIO
SUPERVISIONADO EM UMA
INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**FROM ENROLLMENT TO COMPLETION: INSTITUTIONAL FACTORS
ASSOCIATED WITH RETENTION IN THE SUPERVISED INTERNSHIP COURSE
AT A HIGHER EDUCATION INSTITUTION**

Ciências Sociais Aplicadas • 10/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/788918929](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/788918929)

Adriana Rodrigues dos Santos¹

Júlio César Bispo Neves²

Fernando Toledo Ferraz³

RESUMO

Este estudo analisa os fatores associados à não conclusão da disciplina Estágio Supervisionado no semestre de inscrição nos cursos de graduação de uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública de caráter tecnológico. Embora o estágio constitua componente curricular obrigatório, conforme preconizado pela Lei nº 11.788/2008, identifica-se um índice expressivo de retenção disciplinar que impacta a integralização curricular e a diplomação discente. Fundamentada na vertente construtivista da Teoria Fundamentada nos Dados (TFD), proposta por Kathy Charmaz, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada e objetivo explicativo, tendo como base a análise documental. O corpus empírico reuniu a legislação nacional de estágio, o Regimento Interno da Graduação, normativas internas da instituição e os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de onze cursos de graduação. Por meio de procedimentos sistemáticos de codificação inicial, focalizada e teórica, articulados ao método comparativo constante, emergiu uma teoria substantiva explicativa do fenômeno. Os resultados evidenciaram que a conclusão da disciplina depende de um encadeamento acadêmico-administrativo estruturado em três categorias centrais: Fundamentos Normativos, Exigências Documentais e Acadêmicas e Gestão de Prazos. Revelou-se, ainda, um cenário de dissonâncias regulatórias, dispersão de informações e defasagens nos PPCs quanto aos fluxos digitais e aos setores vigentes, elementos que potencializam pendências documentais e a retenção discente. Como contribuição teórica e prática, os resultados fornecem subsídios diagnósticos para a revisão de normas internas e reorganização administrativa da disciplina de estágio, visando a redução de pendências burocráticas, mitigação de retrabalho e o aprimoramento da eficiência acadêmica na instituição.

Palavras-chave: Estágio supervisionado; Gestão acadêmica;

Retenção acadêmica; Teoria Fundamentada nos Dados; Ensino superior.

ABSTRACT

This study analyzes the factors associated with the non-completion of the Supervised Curricular Internship course in the semester of undergraduate programs at a public Higher Education Institution (HEI) with a technological orientation. Although the internship constitutes a mandatory curricular component, as established by Federal Law No. 11,788/2008, a significant rate of retention in this specific course was identified, impacting students' curricular progression and timely graduation. Drawing on the Constructivist approach to Grounded Theory, as proposed by Kathy Charmaz, the research adopted a qualitative, applied, and explanatory framework based on documentary analysis. The empirical corpus comprised national internship legislation, internal undergraduate regulations, institutional guidelines, and the Pedagogical Course Projects (PPCs) of eleven undergraduate programs. Through systematic initial, focused, and theoretical coding procedures, integrated with constant comparative analysis, a substantive theory emerged explaining the phenomenon. The findings revealed that course completion relies on an academic-administrative sequence structured around three core categories: Normative Foundations, Documentary and Academic Requirements, and Deadline Management. Furthermore, the analysis uncovered regulatory dissonances, information dispersion, and outdated guidelines within the PPCs regarding digital workflows and current administrative units, factors that exacerbate documentary backlogs and student retention. As a theoretical and practical contribution, the findings provide diagnostic support for the revision of internal regulations and the administrative reorganization of the internship course,

aiming at the reduction of bureaucratic backlogs, mitigation of administrative rework, and enhancement of academic efficiency at the institution.

Keywords: Supervised internship; Grounded Theory; Academic management; Student retention; Higher education.

1. INTRODUÇÃO

A universidade contemporânea, embora historicamente fundamentada no ensino teórico e na transmissão abstrata de saberes, tem sido instada a estabelecer pontes robustas com o mundo do trabalho. Essa articulação encontra no Estágio Curricular Supervisionado seu principal espaço de materialização, constituindo uma disciplina que visa promover a transição do discente entre o universo acadêmico e a prática profissional.

A efetivação do Estágio Supervisionado envolve responsabilidades acadêmicas, jurídicas e administrativas atribuídas à instituição de ensino, conforme estabelece a Lei nº 11.788/2008. No contexto institucional analisado, essas responsabilidades se materializam em exigências documentais, acadêmicas e temporais que, quando não são apresentadas de forma articulada e acessível aos discentes, podem contribuir para a não conclusão da disciplina no semestre de inscrição.

A pesquisa foi desenvolvida em uma instituição pública de educação superior de caráter tecnológico, cujo campus principal oferece onze cursos de graduação. No contexto institucional analisado, identifica-se um quadro recorrente de retenção discente na disciplina obrigatória de Estágio Supervisionado. Observa-se que uma parcela considerável de estudantes matricula-se na disciplina

ao atingir o final do fluxo curricular, porém não obtém a aprovação regular dentro do semestre letivo de inscrição. Essa retenção não decorre apenas de desempenho técnico insuficiente nas atividades práticas de campo, mas também de um fluxo de exigências documentais, burocráticas e de prazos que regem a validação acadêmica do estágio.

Dessa forma, a situação-problema que orienta esta pesquisa reside na lacuna existente entre a obrigatoriedade curricular do Estágio Supervisionado e a efetiva aprovação dos discentes no semestre de matrícula regular. A ocorrência de reprovações sem nota, trancamentos de disciplina e pendências documentais recorrentes caracteriza um quadro de retenção disciplinar de natureza administrativa, prolongando o tempo de permanência do estudante no ensino superior e postergando sua diplomação.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo geral compreender os fatores associados à não conclusão da disciplina Estágio Supervisionado no semestre de inscrição nos cursos de graduação da IES estudada. A pesquisa delimita-se à análise documental dos 11 cursos de graduação oferecidos no campus principal da instituição, cujos projetos pedagógicos preveem a obrigatoriedade da disciplina. O estudo justifica-se pela necessidade premente de aprimorar a gestão acadêmica, racionalizar o trabalho dos setores envolvidos e mitigar os impactos negativos da retenção disciplinar sobre a eficiência institucional e a trajetória acadêmica dos estudantes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O Estágio na Formação Profissional

A formação profissional no âmbito do ensino superior não se esgota na aquisição passiva de matrizes conceituais teóricas. Como adverte Fávero (2002), a constituição do profissional desenvolve-se de maneira profunda pelo compromisso ativo como construtor de uma práxis formativa:

Ninguém se tornará profissional apenas porque 'sabe sobre' os problemas da profissão, por ter estudado algumas teorias a respeito. Não é só frequentando um curso de graduação que um indivíduo se torna profissional. É, sobretudo, comprometendo-se profundamente como construtor de uma práxis que o profissional se forma (Fávero, 2002 p. 65).

Sob essa ótica, o estágio supervisionado constitui o principal espaço curricular de transição e integração reflexiva, no qual teoria e prática profissional são coordenadas não como dimensões dicotômicas, mas de forma complementar (Piconez, 2023). A vivência prática possibilita ao discente problematizar os conteúdos assimilados em ambiente acadêmico à luz das situações cotidianas de trabalho, promovendo a reelaboração constante de suas competências analíticas.

Essa concepção encontra amparo no paradigma do profissional reflexivo proposto por Schön (2003) ao distinguir os processos de reflexão-na-ação e reflexão-sobre-a-ação, o autor demonstra que o profissional constrói novos saberes a partir da problematização e análise retrospectiva da própria conduta. Assim, o estágio caracteriza-se como um ato educativo integrador que favorece o desenvolvimento de habilidades interpessoais, técnicas e

comunicativas, aproximando o discente das exigências mutáveis do mercado contemporâneo (Krishna; Babu, 2021).

2.2. O Suporte Institucional e o Papel da IES na Organização do Estágio

Por se caracterizar como um ato educativo supervisionado e integrado ao projeto pedagógico de cada curso, o desenvolvimento do estágio requer a participação proativa da Instituição de Ensino Superior (IES) em sua formalização e acompanhamento (BRASIL, 2008). De acordo com a Lei Federal nº 11.788/2008, o estágio exige uma articulação tripla entre o discente, a parte concedente e a instituição de ensino, impondo a esta última um conjunto de responsabilidades de ordem legal e pedagógica.

Estudos empíricos destacam que a percepção dos discentes sobre o suporte oferecido pela instituição é um fator crítico para a eficácia das experiências práticas (McAlexander, Blanchard e Venditti, 2024). Quando os mecanismos de orientação e suporte falham, os discentes enfrentam sérias dificuldades para conciliar as demandas do estágio com a carga horária das disciplinas regulares, gerando estresse e atrasos formativos como apontado por Lourenço, Lemos e Pécora Junior (2012).

A atuação da IES, portanto, abrange desde a indicação de professores orientadores e a avaliação das condições estruturais das organizações concedentes até a fiscalização periódica das atividades por meio da análise de relatórios e fichas de acompanhamento. Conforme argumentam Bułas´ et al. (2025), a existência de informações claras, ágeis e acessíveis no início e ao longo do período de estágio é um direito do discente e um requisito indispensável

para assegurar a finalidade formativa e a regularidade jurídica da relação de estágio.

2.3. O Fenômeno da Retenção no Ensino Superior

A retenção discente em disciplinas específicas de final de curso constitui um obstáculo para a eficácia dos sistemas de ensino superior brasileiro. Historicamente associada a abordagens psicopedagógicas que centravam o fracasso escolar exclusivamente em características ou limitações individuais dos estudantes, a literatura sociológica contemporânea reformulou esse entendimento, apontando para a natureza sistêmica e multidimensional do fenômeno (Patto, 2022).

Tabela 1. Taxa de Retenção de Alunos no Sistema de Educação Superior em Cursos de Graduação – Brasil – calculados a partir do Acompanhamento Longitudinal 2016/2024

Ano Fluxo	Total
2016-2017	31,5
2017-2018	30,1
2018-2019	29,6
2019-2020	32,1
2020-2021	36,1
2021-2022	34,4
2022-2023	32,9
2023-2024	32,6

Fonte: Censo da Educação Superior 2024 (Inep 2025)

A retenção disciplinar produz impactos em várias esferas. No âmbito discente, prolonga o tempo de formação, gerando frustração subjetiva e adiando a inserção qualificada no mercado profissional. No plano institucional, afeta diretamente os indicadores de eficiência acadêmica, o fluxo de vagas de graduação e pode repercutir negativamente nas avaliações regulatórias do MEC e na gestão de recursos (Stark; Carmo, 2021, p. 1046).

Nesse sentido, a análise da retenção deve considerar a responsabilidade burocrática e organizacional da IES. Sob a ótica de Patto (2022) sobre a “produção do fracasso escolar”, as instituições organizadas burocraticamente podem atuar de forma a induzir o insucesso discente quando seus trâmites administrativos se tornam opacos, dispersos ou contraditórios.

2.4. A Teoria Fundamentada nos Dados (TFD) na Vertente Construtivista

Formulada originalmente na década de 1960 pelos sociólogos Barney Glaser e Anselm Strauss (Glaser; Strauss, 1967), a Teoria Fundamentada nos Dados (*Grounded Theory*) diferencia-se de abordagens de pesquisa que partem de constructos teóricos ou hipóteses previamente estabelecidos para orientar a análise dos dados, por privilegiar a construção de categorias e interpretações teóricas fundamentadas no exame analítico e comparativo dos dados empíricos. Nesse processo, a análise desenvolve-se de forma progressiva, orientando-se “de baixo para cima” (Yin, 2016 p. 30).

Quadro 1. Principais escolas da TFD

	GT Clássica	GT <i>Full conceptual</i>	GT Construtivista
--	-------------	---------------------------	-------------------

		<i>description</i>	
	Glaser	Strauss e Corbin	Charmaz
Pergunta de pesquisa	Não é uma afirmação que identifica o problema a ser estudado. É impossível defini-lo antes de ir a campo (inicia-se de modo aberto a partir de uma área de investigação).	É uma afirmação que identifica claramente o problema a ser estudado. Consente restringir e gerenciar a área de investigação.	Não existe. Os conceitos sensibilizantes (Blumer), interesses pessoais e disciplinares iniciam a pesquisa.
Tipo de dados	<i>"All is data"</i> .	Indiferente, sobretudo observações.	Existe uma <i>core category</i> prevalecente.
<i>Core Category</i>	Emerge quase magicamente e é intuída improvisadamente no início ou no fim de uma pesquisa	Fazê-la emergir requer fortes manipulações de dados. Não existe uma única <i>core category</i> .	Existe uma <i>core category</i> prevalecente.
Tipos de codificação	Substantiva teórica.	Aberta, axial e seletiva	Inicial, focalizada, axial, teórica.

Fonte: Tarozzi (2011, p. 56), adaptado pelos autores.

Posteriormente o método subdividiu-se em diferentes vertentes epistemológicas. O presente estudo filia-se à perspectiva construtivista desenvolvida por Charmaz (2009). Diferente do viés positivista e objetivista dos fundadores, a vertente construtivista assume que dados e teorias não são descobertas prontas e isoladas que aguardam o pesquisador, mas sim construções sociais

resultantes da interação ativa entre o pesquisador, os dados empíricos e o contexto institucional investigado:

A investigação construtivista tem início com a experiência e questiona como os membros a constroem. Da melhor forma possível, os construtivistas inserem-se no fenômeno, obtêm perspectivas múltiplas deste e situam-no na sua rede de conexões e restrições. Os construtivistas reconhecem que as suas interpretações do fenômeno estudado são uma construção (Charmaz, 2009, p. 250).

A operacionalização da TFD construtivista desenvolve-se por meio de procedimentos sistemáticos e iterativos de codificação inicial, codificação focalizada, elaboração de memorandos analíticos e codificação teórica, orientando a investigação em direção à saturação teórica e à formulação de uma explicação substantiva de alta relevância explicativa.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1. Abordagens e Caracterização do Estudo

Esta pesquisa, de abordagem qualitativa e natureza aplicada, está voltada à produção de conhecimentos e de um diagnóstico sobre problemas específicos relacionados ao fluxo acadêmico-organizacional da instituição investigada. Sob o ponto de vista dos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo explicativo, cujo propósito é “identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de determinados fenômenos” (Gil, 2022, p. 41).

Sob a ótica operacional, o estudo baseia-se em pesquisa documental, reunindo um amplo *corpus* empírico constituído por normas, regulamentos, projetos de curso e relatórios administrativos de acompanhamento da disciplina na instituição estudada.

A utilização de documentos como fonte de dados é compatível com os procedimentos analíticos empregados nesta investigação, pois constituem importante fonte de dados na pesquisa qualitativa e sua análise envolve o exame e a interpretação dos materiais com a finalidade de produzir significado, compreensão e conhecimento empírico (Bowen, 2009).

3.2. O Corpus Documental e Critérios de Seleção

A definição do *corpus* empírico foi delimitada para garantir a representatividade das normas aplicáveis aos discentes vinculados ao campus sede da instituição de ensino superior estudada. Selecionaram-se os documentos vigentes que estruturam diretamente a disciplina de Estágio Supervisionado obrigatório, divididos nas seguintes esferas hierárquicas:

- Esfera Nacional: Lei Federal nº 11.788/2008 (Lei Geral do Estágio) e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) relativas às áreas sob análise;
- Esfera Institucional Geral: O Regimento Interno da Graduação da IES e as orientações operacionais e fluxos digitais vigentes nos portais eletrônicos da Diretoria de Ensino e da Divisão de Integração de Estágios;
- Esfera dos Cursos: Os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das 11 graduações que possuem a disciplina obrigatória integrada

em suas matrizes curriculares.

O critério de elegibilidade documental exigiu que os textos apresentassem vigência legal ou administrativa ativa e regulamentasse diretamente a disciplina obrigatória no campus selecionado. Foram excluídos documentos com informações idênticas, e sem fundamentação regulatória ativa e normas exclusivas de outros campi descentralizados da instituição.

3.3. Codificação na Vertente Construtivista

A análise qualitativa desenvolveu-se de acordo com o método comparativo constante e as fases de codificação preconizadas pela TFD construtivista de Charmaz (2009):

1. Codificação Inicial: Os documentos selecionados foram fragmentados linha a linha e inseridos em matrizes analíticas de tabulação de dados. Atribuíram-se códigos iniciais provisórios, focando-se no mapeamento de ações e processos por meio do uso prioritário de gerúndios;

Quadro 2. Codificação inicial

Trecho	Codificação Inicial
A avaliação do Estágio Supervisionado dependerá da entrega, no prazo previsto pelo Setor de Estágio Supervisionado, dos documentos que gerarão o Grau	Condicionando a avaliação à entrega documental no prazo
O relatório deverá ser estruturado conforme o roteiro fornecido pelo Setor de Estágio Supervisionado	Exigindo relatório conforme roteiro institucional

Observação: o aluno funcionário está isento da apresentação da Ficha Individual de Frequência.	Reafirmando isenção da ficha para aluno empregado
--	---

Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

2. Codificação Focalizada: Os códigos iniciais foram comparados e sintetizados. Selecionaram-se os códigos analíticos de maior relevância explicativa e recorrência quantitativa nos documentos, agrupando-os de maneira conceitual;

Quadro 3. Codificação Focalizada

Trecho	Codificação Inicial	Codificação Focalizada
A avaliação do Estágio Supervisionado dependerá da entrega, no prazo previsto pelo Setor de Estágio Supervisionado, dos documentos que gerarão o Grau	Condicionando a avaliação à entrega documental no prazo	Vinculando avaliação, documentação e prazo
O relatório deverá ser estruturado conforme o roteiro fornecido pelo Setor de Estágio Supervisionado	Exigindo relatório conforme roteiro institucional	Padronizando o produto avaliado
Observação: o aluno funcionário está isento da apresentação da Ficha Individual de Frequência.	Reafirmando isenção da ficha para aluno empregado	Consolidando exceção avaliativa por vínculo

Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

3. Codificação Teórica: Estabeleceram-se conexões lógicas e estruturantes entre as categorias focalizadas em desenvolvimento, culminando na formulação de uma matriz

explicativa das dinâmicas administrativas que potencializam a não conclusão da disciplina no semestre letivo regular.

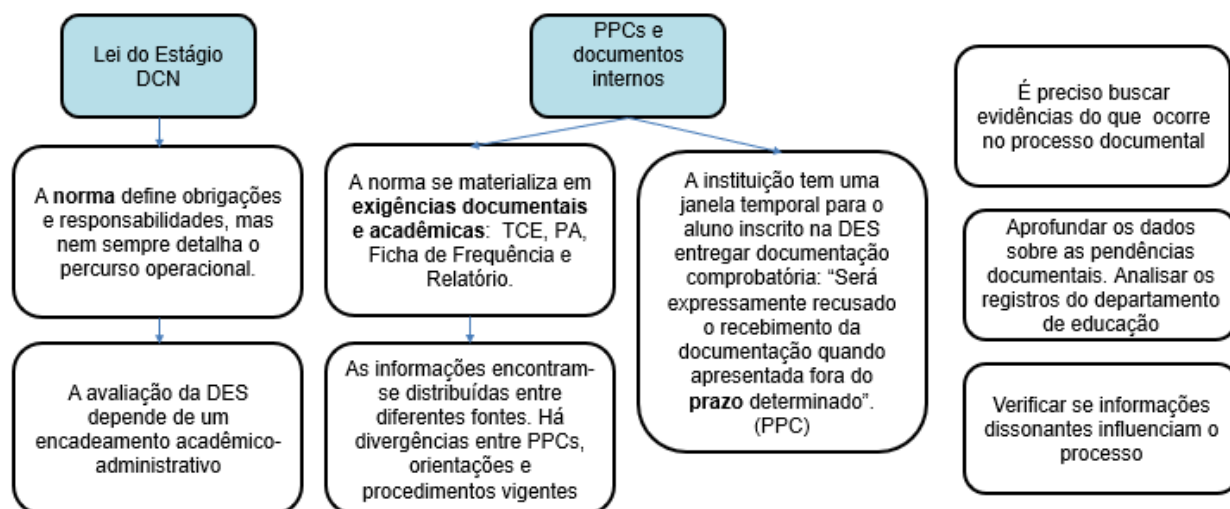
Quadro 4. Codificação Teórica

Trecho	Codificação Inicial	Codificação Focalizada	Codificação Teórica
A avaliação do Estágio Supervisionado dependerá da entrega, no prazo previsto pelo Setor de Estágio Supervisionado, dos documentos que gerarão o Grau	Condicionando a avaliação à entrega documental no prazo	Vinculando avaliação, documentação e prazo	Exigências documentais e acadêmicas
O relatório deverá ser estruturado conforme o roteiro fornecido pelo Setor de Estágio Supervisionado	Exigindo relatório conforme roteiro institucional	Padronizando o produto avaliado	Avaliação e certificação
Observação: o aluno funcionário está isento da apresentação da Ficha Individual de Frequência.	Reafirmando isenção da ficha para aluno empregado	Consolidando exceção avaliativa por vínculo	Diferenciação de experiências

Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

O processo foi guiado pela redação de memorandos, análise e a comparação constante entre os documentos que compõem o corpus da pesquisa, ao longo do percurso da codificação. As relações identificadas entre essas categorias possibilitaram construir uma interpretação acerca dos elementos normativos e institucionais associados ao processo de realização e não conclusão da disciplina Estágio Supervisionado.

Figura 1. Síntese dos Memorandos



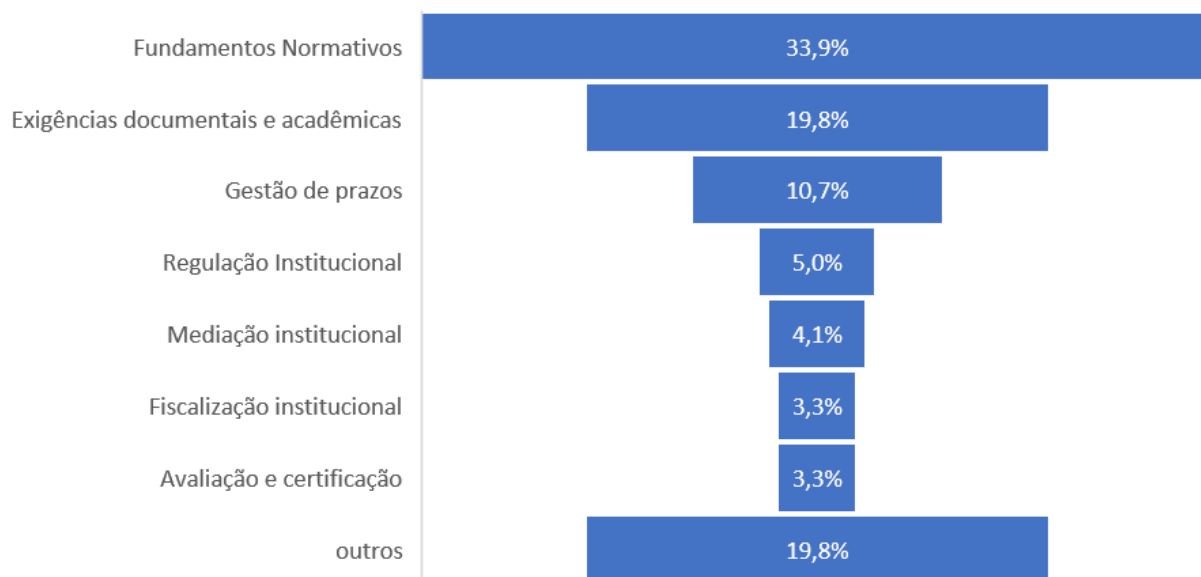
Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

4. ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. As Três Categorias Analíticas Emergentes

O processo sistemático de codificação documental de todo o corpus empírico resultou na emergência de três categorias analíticas fundamentais que atuam de forma coordenada e interdependente, explicando a dinâmica e o percurso acadêmico-administrativo indispensável para a conclusão da disciplina de Estágio Supervisionado:

Figura 2. Categorias emergentes



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

1. Fundamentos Normativos (33,9% das ocorrências de código):
Categoria que reúne as normas gerais que regulamentam a disciplina de estágio como ato educativo escolar supervisionado e obrigatório. Consolida as disposições que definem a carga horária mínima, os pré-requisitos em créditos para matrícula e a elegibilidade jurídica do campo concedente;
2. Exigências Documentais e Acadêmicas: Reúne os trâmites burocráticos e pedagógicos que o estudante deve preencher e comprovar para viabilizar o acompanhamento, orientação, avaliação e validação da atividade. Abrange documentos cruciais como o Termo de Compromisso de Estágio (TCE), Plano de Atividades (PA) integrado, relatórios parciais e finais, fichas de frequência semanais e questionários de avaliação;
3. Gestão de Prazos: Agrupa as restrições e limites temporais que regem as janelas de matrícula, preenchimento de formulários digitais de informação, entregas documentais periódicas e envio de relatórios de avaliação aos professores supervisores dentro do calendário acadêmico letivo corrente.

A centralidade dessas categorias dialoga diretamente com a perspectiva histórica apontada por Colombo e Ballão (2014), no sentido de consolidação do estágio no Brasil deixar de ser vista como mão de obra desregulamentada para se afirmar como componente curricular e ato educativo supervisionado. Nesse sentido, o cumprimento dos ritos normativos e das etapas de formalização não representa uma barreira puramente burocrática, mas uma garantia pedagógica e jurídica fundamental para o próprio estudante.

A articulação sistemática dessas categorias indica que a aprovação na disciplina de Estágio Supervisionado na instituição estudada não se resume à realização técnica das horas de estágio em campo. O sucesso acadêmico depende, intrinsecamente, da capacidade do estudante de cumprir um percurso administrativo-documental, cujos prazos e requisitos formais são controlados pela IES. Quando o aluno falha em atender aos prazos ou em apresentar os documentos com assinaturas validadas, surgem as pendências documentais, que operam como fatores de retenção acadêmica na disciplina.

4.2. O Processo de Transição Digital e as Pendências Documentais

A partir do ano de 2021, alinhada às diretrizes da Lei nº 14.129/2021, Lei do Governo Digital, a instituição operou a transição de seus fluxos documentais do meio físico para o meio digital. A entrega de pastas físicas, relatórios encadernados e relatórios impressos foi substituída pelo envio eletrônico de arquivos em formato PDF por meio de formulários digitais institucionais, com a exigência de assinaturas eletrônicas realizadas exclusivamente por meio de certificados

digitais validados e plataformas integradas ao ecossistema GOV.BR ou ICP-Edu.

Embora a digitalização tenha eliminado deslocamentos físicos desnecessários, e reduzido barreiras geográficas, o discente precisa assegurar a formalização dos documentos devidamente assinados antes de enviar. O que antes era verificado diretamente no balcão de atendimento e não recebido passou a ser recebido remotamente e gerar pendências documentais. Os registros de análises documental da instituição revelam as pendências mais comuns divulgadas pelo órgão em canal institucional como resultado dessa verificação.

Quadro 5. Principais pendências documentais na primeira fase da DES

Pendência na Primeira fase	Quantidade	Análise
Falta assinatura no documento	30	Conforme Lei 11.788/2008 os TCEs e PAs devem estar assinados por todas as partes.
Não enviou documento	25	Conforme PPCs a avaliação do Estágio Supervisionado dependerá da entrega dos documentos, no prazo previsto.
Estágio não obrigatório	11	Segundo art. 2º Lei 11.788/2008 o Estágio não-obrigatório é “aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”.
Documento não está vigente	8	Conforme PPCs a contagem de horas se inicia a partir da data de matrícula na disciplina, para estudantes em efetiva atividade de estágio.
Não apto	1	Avaliação do professor

Esclarecer razão social CTPS x PA	1	Divergência de informações
---	---	----------------------------

Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

A análise dos registros institucionais referentes à primeira fase da disciplina permitiu identificar as principais pendências verificadas na documentação apresentada pelos estudantes. Conforme sintetizado no Quadro 5, as ocorrências concentram-se principalmente em aspectos relacionados à formalização e à regularidade documental, com destaque para a ausência de assinaturas e para o não envio da documentação, além de situações relacionadas à modalidade do estágio, à vigência dos documentos e à aptidão acadêmica.

Os resultados evidenciam que as pendências não se restringem à ausência de documentos, mas abrangem diferentes requisitos necessários à validação institucional do estágio. A maior ocorrência de documentos sem assinatura demonstra a relevância da formalização documental, enquanto o número de estudantes que não enviaram a documentação evidencia também a influência do cumprimento dos procedimentos e prazos estabelecidos. As demais ocorrências indicam que a regularidade da disciplina depende, ainda, da adequação da modalidade de estágio, da vigência dos documentos apresentados e do atendimento às condições acadêmicas exigidas.

Isso constitui um cenário inicial, no qual os discentes têm a oportunidade de corrigir tempestivamente as pendências identificadas. Quando os ajustes não são realizados dentro dos prazos estabelecidos, as pendências podem contribuir para a não

conclusão da disciplina, seja em razão do trancamento, seja da reprovação.

4.3. Divergências Entre PPCs e Práticas Administrativas

A análise documental, realizada por meio da codificação dos documentos selecionados, identificou desatualizações nas orientações relativas à disciplina de Estágio Supervisionado constantes dos PPCs. Entre elas, observaram-se referências a diretrizes curriculares nacionais posteriormente substituídas por novas normativas do Conselho Nacional de Educação (CNE), incluindo resoluções da Câmara de Educação Superior (CNE/CES) de 2002 e 2007, embora documentos normativos mais recentes já estivessem disponíveis nos canais institucionais.

Além disso, os PPCs de graduação continuam direcionando os estudantes a setores acadêmico-administrativos descontinuados ou reformulados há anos pela instituição, além de indicarem referências a regulamentos de estágio de anos anteriores, como normativas de 2012, cujos links institucionais estão permanentemente indisponíveis no portal institucional, além de manterem a previsão de tecnologias obsoletas, como assinatura física com carimbo e entrega de documentos em CD-ROM.

Esse cenário, analisado sob o prisma da teoria de qualidade de comunicação em instituições públicas de Abreu Júnior *et al.* (2023), denota uma vulnerabilidade institucional. Ao levar o discente a navegar por um labirinto de informações contraditórias de normas obsoletas e indicações de secretarias extintas, a IES transfere a ele o custo administrativo de decodificar e interpretar orientações contraditórias entre PPCs e site institucional. De modo convergente,

Pinto et al. (2022) demonstram que a ausência de padronização nos fluxos e a circulação de orientações procedimentais incorretas ou obsoletas constituem as principais fontes de retrabalho administrativo e insatisfação discente em secretarias universitárias.

Dessa forma, com base nos resultados e diagnósticos evidenciados neste estudo, apresentam-se as seguintes recomendações essenciais para a melhoria da gestão acadêmica da instituição analisada:

1. **Revisão e Atualização Curricular dos PPCs:** Promover uma atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso de todas as graduações analisadas, alinhando-as formalmente às diretrizes federais vigentes e aos fluxos operacionais digitais de validação de documentos atualmente adotados pela instituição;
2. **Centralização da Comunicação Acadêmica:** Criar um guia informativo digital unificado, com linguagem clara, fluxogramas de orientação, eliminando a dispersão informacional.

Esses procedimentos podem contribuir para que a instituição atualize seu corpus documental e assim possa reduzir os índices de trancamentos e retenções na disciplina obrigatória de Estágio Supervisionado.

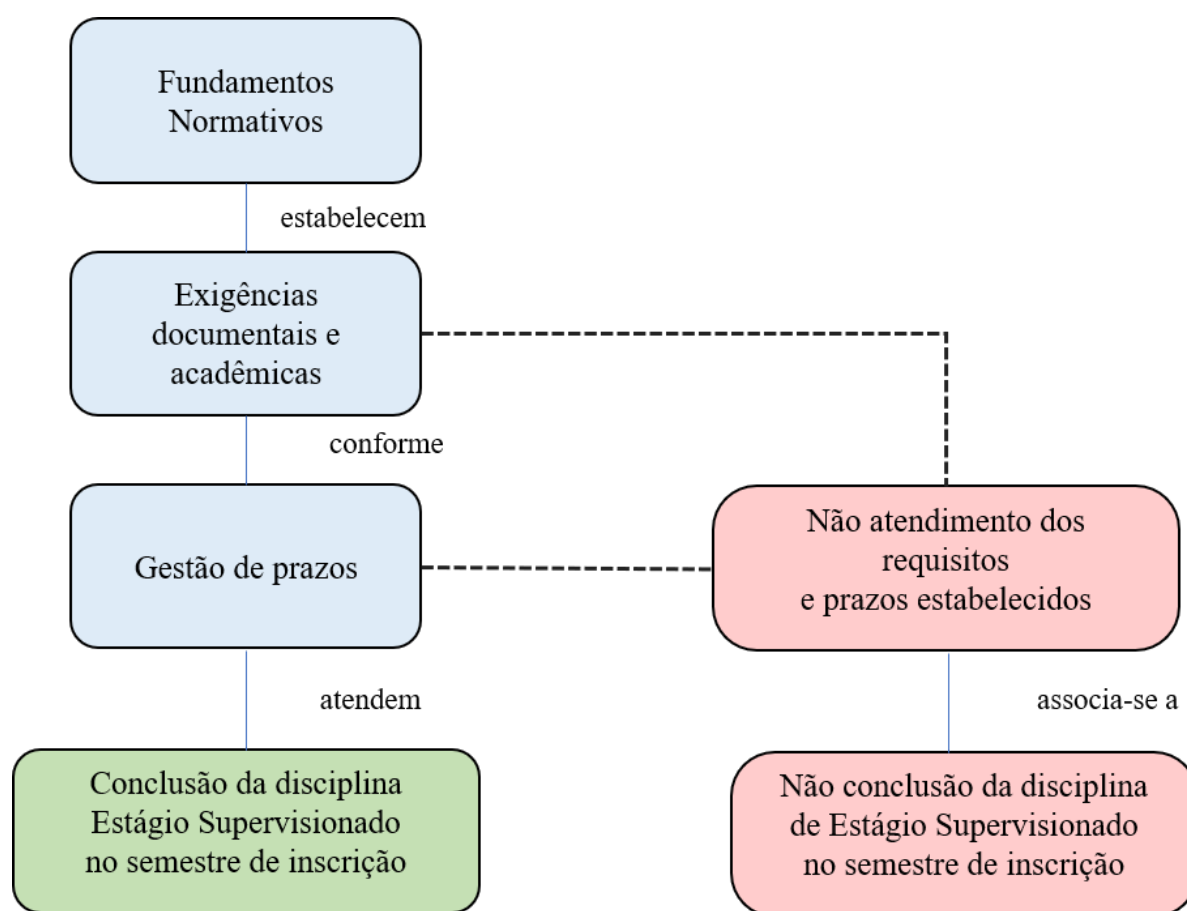
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação do percurso administrativo-curricular da disciplina de Estágio Supervisionado obrigatório, amparada nos pressupostos conceituais e metodológicos da Teoria Fundamentada nos Dados

construtivista, permitiu compreender alguns fatores institucionais da retenção acadêmica nesta disciplina.

A integração conceitual das três categorias emergentes: Fundamentos Normativos, Exigências Documentais e Acadêmicas e Gestão de Prazos revela que a aprovação do discente e a consequente obtenção de sua nota final na disciplina não estão condicionadas exclusivamente ao desempenho profissional ou à realização prática das horas mínimas de estágio no campo de trabalho.

Figura 3. Teoria emergente dos dados



Fonte: Elaborada pelos autores (2026)

O descompasso informacional identificado entre PPCs desatualizados e os fluxos práticos exigidos no portal digital da instituição aponta uma lacuna administrativa. Esses elementos,

quando dispersos ou contraditórios, configuram-se como obstáculos sistêmicos que dificultam a conclusão tempestiva da disciplina. E sua atualização pode contribuir para redução desse quadro e inclusive para a transparência organizacional.

Como limitações deste trabalho, reconhece-se que a presente investigação fundamentou-se de maneira exclusiva na pesquisa e análise documental, não incorporando diretamente as percepções dos discentes, servidores técnico-administrativos e professores orientadores envolvidos. Recomenda-se, para investigações futuras, a aplicação de abordagens qualitativas, por meio de entrevistas semiestruturadas ou grupos focais, para confrontar as visões subjetivas desses atores sociais com as inconsistências documentais evidenciadas neste diagnóstico acadêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm. Acesso em: 16 jul. 2026.

ABREU JÚNIOR, Fernando Pedro Ferreira de; TACCONI, Marli de Fátima Ferraz da Silva; MEDEIROS, Jássio Pereira de. Qualidade dos serviços prestados pela secretaria acadêmica da DIATINF IFRN CNAT. In: TACCONI NETO, Ernesto Alexandre; TACCONI, Marli de Fátima Ferraz da Silva (org.). Gestão e melhoria dos processos em instituições públicas. Natal: Real Conhecer, 2023. p. 57-78. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/725681>. Acesso em: 07 ago. 2026.

BIANCHI, Anna Cecília de M.; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Orientação para estágio em licenciatura. Porto Alegre: +A Educação: Cengage Learning Brasil, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522113996/>. Acesso em: 18 fev. 2026.

BOWEN, Glenn. Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 27-40, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

BUŁAŚ, Lucyna *et al.* Pharmacy students' opinion on mandatory summer internships carried out in community and hospital pharmacies. *BMC Medical Education*, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 105, 22 jan. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12909-024-06561-1>. Acesso em: 10 dez. 2025.

CHARMAZ, Kathy. A construção da teoria fundamentada. Porto Alegre: ArtMed, 2009. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536320984/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

COLOMBO, Irineu Mario; BALLÃO, Carmen Mazepa. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 53, p. 171-186, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/kKhXcCMp56LZ5R54fsL4PFq/>. Acesso em: 4 jan. 2026.

FÁVERO, M. L. A. Universidade e estágio curricular: subsídios para discussão. *In*: ALVES, N. (org.). Formação de professores: pensar e fazer. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 53-71.

GIL, Antonio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>. Acesso em: 21 fev. 2026.

GLASER, Barney G. All is data. Revisão da Teoria Fundamentada nos Dados, [s. /], v. 2, p. 1-22, 2007. Disponível em: <https://groundedtheoryreview.org/index.php/gtr/article/view/353>. Acesso em: 22 fev. 2026.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2024: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 22 fev. 2026.

KRISHNA, V.; BABU, J. S. Impact of internship on employability of undergraduate engineering students: a case study. *Journal of Engineering Education Transformations*, [s. /], v. 34, n. 4, p. 67-73, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.16920/jeet/2021/v34i4/153410>. Acesso em: 22 fev. 2026.

LOURENÇO, Mariane Lemos; LEMOS, Iomara Scandelari; PÉCORA JUNIOR, José Eduardo. Desafios e possibilidades no estágio supervisionado obrigatório: a visão dos estudantes do Curso de Administração. *Administração: Ensino e Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 559-596, 2012. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/89>. Acesso em: 28 fev. 2026.

MC ALEXANDER, Shana L.; BLANCHARD, Margaret R.; VENDITTI, Richard A. Transfer students' perceptions of science and engineering internships. *Sustainability*, [s. l.], v. 16, n. 15, p. 6429, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su16156429>. Acesso em: 15 dez. 2025.

PATTO, Maria Helena Souza (org.). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. 5. ed. São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/932/844/3069>. Acesso em: 30 jan. 2026.

PICONEZ, S. C. B. *A prática de ensino e o estágio supervisionado*. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 fev. 2026.

PINTO, Alexandre Rodrigues; FASSIONE, Gustavo Henrique da Silva; MARTENS, Cristina Dai Prá; NASSIF, Vânia Maria Jorge. Melhorias na qualidade dos serviços de atendimento de secretaria: intervenção e resultados em uma instituição de ensino superior. *International Journal of Business & Marketing*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 22-31, 2022. Disponível em: <https://www.ijbmkt.org/ijbmkt/article/view/242>. Acesso em: 10 ago. 2026.

SCHÖN, Donald A. *Educando o profissional reflexivo*. Porto Alegre: Penso, 2003. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536310121/>. Acesso em: 17 fev. 2026.

STARK, Giliard de Souza; CARMO, Gisela Maria do. Evasão no ensino superior: uma revisão sistemática das abordagens metodológicas e teóricas no Brasil. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 111, p. 301-322, abr./jun. 2021.

Disponível

em:

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/6R8m4f9X6m9n9f9k9f9f9f9/>. Acesso em: 8 fev. 2026.

TAROZZI, Massimiliano. O que é a teoria fundamentada: metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados. Tradução de Carmem Lussi. Petrópolis: Vozes, 2011.

YIN, Robert K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Porto Alegre: Penso, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584290833/>. Acesso em: 21 fev. 2026.

¹ Mestranda em Sistemas de Gestão Latec UFF. ORCID: <https://www.orcid.org/0009-0006-5333-1438>

² Doutor em Engenharia de Produção (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Docente do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal Fluminense (UFF – Niterói). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3121-0778>

³ Doutor em Engenharia de Produção (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Professor Associado do Departamento de Engenharia de Produção e docente do Mestrado em Sistemas de Gestão da Universidade Federal Fluminense (UFF). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0485-9061>